



Artigo de Revisão

PERSPECTIVA EMANCIPADORA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CIDADÃO NA ENFERMAGEM

EMANCIPATING PERSPECTIVE FOR PROFESSIONAL TRAINING OF THE CITIZEN IN NURSING

Resumo

Rita de Cassia Cordeiro de Oliveira¹
Sérgio Ribeiro dos Santos¹
José da Paz Oliveira Alvarenga¹
Maria Bernadete de Sousa Costa¹

¹Universidade Federal da Paraíba
(UFPB)

João Pessoa – Paraíba – Brasil

E-mail
ritaoliver2002@yahoo.com.br

A escola é um espaço privilegiado onde as pessoas podem experimentar o processo educativo e a construção do Projeto Político Pedagógico do seu curso. O presente estudo tem o objetivo de descrever o Projeto Político Pedagógico, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, na perspectiva emancipadora, para a formação profissional do enfermeiro. A pesquisa foi realizada, através de consulta ao acervo bibliográfico da Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba, pesquisa virtual pela internet e acervo pessoal dos pesquisadores. O estudo foi desenvolvido, através das seguintes etapas: seleção do material; leitura, análise e discussão da literatura; elaboração do trabalho dissertativo; e análise conclusiva com apresentação dos resultados. Verificou-se que o projeto político pedagógico do curso de enfermagem da UFPB não teve significativo envolvimento das partes interessadas, o corpo docente e discente. Entende-se que tal processo deve ser inclusivo e democrático, reflexivo, ter unicidade entre teoria e prática e adotar um currículo integrado baseado na concepção crítico social respaldado numa pedagogia problematizadora, valorizando processos importantes para a formação do aluno. Portanto, este estudo pode servir de subsídios aos diversos atores do segmento universitário na área da educação profissional em saúde, que possam refletir sobre sua prática ou incitá-los na realização de pesquisas sobre o projeto político pedagógico emancipador.

Palavras-chave: Educação Superior; Currículo; Enfermagem.

Abstract

The school constitutes an important space where people can experience a educational process and the construction of a Political-Pedagogical Project of its course. This study aims at describing the Political-Pedagogical Project according to the *Diretrizes Curriculares Nacionais* (National Curriculum Guide, in Portuguese) from an emancipatory perspective for the training of nurses. The survey was carried out by consulting Central Library of Universidade Federal da Paraíba, researching on Internet and through personal collection of researchers. The steps followed in the study were: selection of material, analysis of specific literature, working on dissertation, and finally, presentation of ongoing results.

It was found out that the Political-Pedagogical Project of the Nursing course at UFPB did not have significant involvement of professors and students. One concludes that this process must be inclusive, democratic and reflexive, to have unity between theory and practice, to adopt an integrated curriculum based on the concept of social critic pedagogy, so as to build up the training of the student. Therefore, this study can be useful to a wide range in the field of health education at university, with self-reflection or motivation for researching further on Political-Pedagogical Project.

Key words: Higher Education; Curriculum; Nursing.

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)¹, afirma que a proposta pedagógica é um documento de referência, para nós a identidade da escola. Através deste projeto a comunidade escolar exerce sua autonomia financeira, administrativa e pedagógica. A LDBEN estabelece as diretrizes básicas, a linha de ensino e atuação na comunidade. No entanto, não deve ser ancorado como um conjunto de normas rígidas, mas como uma oportunidade para escolher o currículo e organizar seu espaço e tempo, conforme suas necessidades. É fundamental que considere também as orientações inseridas nas diretrizes curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)²⁻³.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve nascer da própria realidade, basear-se nas causas dos problemas, situações existentes, ser exequível prevendo as condições necessárias ao desenvolvimento e avaliação, ser coletivo e construído continuamente⁴. O PPP pode ainda apresentar diversos significados no espaço escolar: “planejamento institucional, cumprimento de normas, autonomia da escola, espaço de decisão compartilhada, enfim, ganha contornos que tanto confere singularidade à escola quanto a legítima como espaço educacional”^{5:12}.

A instituição formadora, enquanto emancipadora e cidadã deve ser democrática em sua gestão; inclusiva, garantindo qualidade técnica e política para todos; e ter a unicidade da teoria e da prática para a construção de um caminho real e melhor na qualidade do ensino para os profissionais de saúde⁴.

O conhecimento escolar não deve adotar um conhecimento de caráter meramente técnico e instrumental, mas voltado para a reflexão, para a criação, desenvolvendo nos alunos a consciência crítica e política⁶. De forma que, a instituição formadora para adotar uma educação profissional emancipadora em enfermagem, deve conhecer as relações sociais, políticas e econômicas contextualizadas em torno da realidade local, considerar as diferentes concepções, consensualizando-as; e, refletir sobre *por que, para que e para quem* ensinamos. Logo, um PPP numa perspectiva crítica, exige organização de uma variedade de atividades estimuladoras da criatividade combatendo a memorização e a mera repetição, propondo atividade dinâmica, sujeita ao inesperado, dependente de ações imediatas e nem sempre previsíveis.

Assim, uma instituição formadora na perspectiva emancipadora deve compor uma ampla reflexão que vá além da área da docência e discência, ou seja, deverá sinalizar a prática pedagógica de formação do profissional tanto quanto a atuação do sujeito no processo de formação. Deve acreditar numa pedagogia, cujo papel educacional é voltado para uma mudança de uma sociedade de oprimidos para uma mais igualitária. Nesse caso é necessário o comprometimento do homem com a sociedade e com sua realidade. A escola de ensino superior é um lugar privilegiado, que deve ter gestão democrática, ser inclusiva, um lugar de socialização do conhecimento e parcerias criando assim a identidade da instituição⁷.

O projeto político pedagógico emancipador deve valorizar os profissionais docentes, acreditar no direito e na capacidade individual e diferente de cada profissional/cidadão, oferecer condições de trabalho para repercutir numa aprendizagem significativa na formação do aluno⁸⁻⁹. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Enfermagem surgem novas propostas pedagógicas, dentre elas, cita-se a pedagogia fundamentada numa aprendizagem significativa.

Aprendizagem significativa ocorre quando o material de aprendizagem se relaciona de forma substantiva e não arbitrária com aquilo que pessoa já sabe, ou seja, quando essa nova informação está, de alguma forma relacionada com os conhecimentos prévios da pessoa [...] Para que haja aprendizagem significativa duas condições são indispensáveis. Primeiro, o conteúdo deve ser potencialmente significativo e, segundo, a pessoa deve estar motivada para relacionar o que aprende com o que já sabe e de forma aberta interagir com o outro^{10:13}.

A instituição formadora deve ainda adotar ações educativas críticas, reflexivas, criativas, capazes de referenciar na realidade das práticas as transformações políticas, tecnológicas e científicas. Toda essa articulação no PPP proporciona o reconhecimento do aluno, enquanto cidadão, valorizando sua história de vida, sua cultura, sua crença, seus hábitos e atitudes; contribuindo para as mudanças sociais⁷.

Mas, para que isto aconteça, é necessário que o PPP emancipador estabeleça alguns princípios de ação no plano curricular, servindo de base para a implementação de um currículo integrado, favorecendo na formação de um profissional capaz de prestar a assistência de enfermagem com conhecimentos, habilidades e atitudes que poderão influenciar nas decisões políticas e organizacionais na área da saúde, atendendo as exigências do mercado e acompanhando as mudanças no contexto social, cultural, político e econômico do país¹⁰⁻¹¹.

Por outro lado, o currículo integrado é baseado na concepção crítico-social respaldado na pedagogia problematizadora, rompendo com o ensino tradicional, tendo o professor como detentor absoluto do saber e marcado pela passividade e falta de uma visão crítica do aluno. O currículo integrado “organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de

forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender”^{12:80}.

O currículo integrado propõe de forma dinâmica, a atuação profissional e o ensino, a prática e a teoria, o ensino e a comunidade, deixando de centrar-se nas disciplinas e passando a valorizar os processos importantes para a formação de maneira integrada do profissional. Propõe ainda a integração professor-aluno na investigação e busca de esclarecimentos e propostas¹³⁻¹⁴.

Essa formação representa um novo paradigma na formação de pessoas de atuar de maneira transformadora na realidade social, o que possibilita a aplicação de conhecimentos e habilidades necessárias à sua competência formal e política para desempenhar criticamente suas funções.

Na construção do currículo integrado não se deve escolher apenas o conhecimento técnico-científico, mas também, valores, formas de conduta, comportamentos, hábitos que se consideram válidos, importantes e legítimos de serem ensinados, com isso esperamos formar em nossos alunos uma ampla visão de mundo¹³.

É possível uma educação emancipadora capaz de socializar conhecimento, investir na qualidade do ensino e na participação da comunidade? Entende-se que a construção de um PPP imponha uma formação reflexiva e isso representa um desafio. Portanto, não se deve trazer respostas prontas para serem implementadas, mas, resgatar a história do que já se construiu e se apoiar na autonomia universitária junta aos seus atores.

Portanto, a realização deste estudo justifica-se pela necessidade que os enfermeiros/docentes têm de conhecer sobre o PPP numa perspectiva emancipadora para formação do profissional cidadão na enfermagem, com bases nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Assim, este estudo objetivou descrever sobre o Projeto Político Pedagógico numa perspectiva emancipadora para a formação profissional do cidadão na Enfermagem.

Métodos

O presente estudo é de cunho bibliográfico e descritivo. Entende-se por pesquisa bibliográfica a leitura, análise e interpretação de material já elaborado constituído, principalmente, de livros e artigos científicos, incluindo, também, outras formas de publicação como periódicos, textos legais, documentos mimeografados ou xerocopiados, mapas, fotos, manuscritos, etc¹⁵.

O levantamento bibliográfico foi entre os meses de janeiro e maio de 2010 utilizando as bases de dados da: Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba e acervo pessoal dos pesquisadores. Para a coleta de dados, utilizamos textos oficiais, livros e artigos científicos publicados entre os anos de 1997 e 2009 com as seguintes palavras chaves: educação superior, currículo, projeto político pedagógico e enfermagem. Foram selecionados 35 documentos, os mesmos foram lidos, analisados e excluídos 15, pois não atendiam aos critérios acima citados. Após esta seleção, foram adotados os seguintes procedimentos: leitura, análise e

discussão da literatura; elaboração do trabalho dissertativo; e por fim, análise conclusiva do estudo com apresentação dos resultados.

Resultados e discussão

O Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino superior pode ser inicialmente entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela instituição como um todo. É uma busca de autoconhecimento e de conhecimento da realidade e seu contexto. Planejá-lo requer encontrar no coletivo institucional respostas para os seguintes questionamentos: Para quê? O quê? Quando? Como? Com o que? E Por quê?

Sua dimensão político pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos de um curso (técnicos, professores, alunos e funcionários) e a comunidade (famílias, associações, entidades sociais, etc.), que direta ou indiretamente podem ser participantes de um projeto de universidade pública quantitativa e qualitativamente melhor para alcançar os objetivos de sua tarefa sócio-educativa.

A construção de um PPP é a forma objetiva da universidade dar sentido ao seu *saber fazer*, enquanto instituição formadora é a realização concreta de sua missão, onde ações são desconstruídas e reconstruídas de forma dinâmica. É a revelação de seus compromissos, sua intencionalidade e, principalmente, de sua identidade e de seus membros.

No desenvolvimento do projeto, as pessoas resgatam suas experiências, refletem sobre suas práticas, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação¹⁶.

O projeto político pedagógico tem sido nos últimos anos, objeto de estudos e debates entre os educadores. “É comum ouvirmos a afirmação: o projeto político pedagógico é uma busca da melhoria da qualidade do ensino, e ousaríamos completar, da formação de seres humanos mais autônomos”^{17:2}.

Nesse contexto, considera-se que vários são os caminhos para iniciar, a elaboração do seu projeto político-pedagógico. Sabe-se que todo o sucesso do PPP dependerá do envolvimento e comprometimento dos seus atores para que seja participativo, dinâmico, crítico e criativo, de maneira a contribuir para a busca de novos conhecimentos, fortalecendo as novas políticas públicas em qualquer área da formação profissional.

Elaborar projetos de forma coletiva, de maneira que todos possam efetivamente participar dessa construção, não é tarefa fácil. Em geral, as instituições de ensino superior não têm essa tradição. Algumas vezes, o trabalho coletivo deixa de acontecer não porque as pessoas envolvidas não considerem importantes fazê-lo, mas porque, historicamente, a ação de planejar tem estado a cargo das chefias, de instâncias superiores e não dos

profissionais que de fato executam as ações. Menos ainda dos interessados diretos, isto é, os alunos e a comunidade¹⁸⁻¹⁹.

O PPP, como proposta política de uma instituição de ensino, não tem um dono, um autor, um responsável que o elabore e o submeta formalmente aos demais para aprovação. É uma longa construção de idas e vindas, de muito trabalho, mas de resultados surpreendentes, quando é definido por todos. Portanto, não é apenas dos professores e coordenadores que se espera um projeto, mas sim do conjunto de atores que fazem a escola¹⁸.

De forma que, alunos, professores, técnicos e a comunidade, formam esse coletivo que não expressa nem a soma das partes, nem as soluções necessariamente consensuais, mas o conhecimento, a compreensão e a possibilidade de se enfrentarem as contradições próprias desse processo. Acredita-se que um dos maiores desafios de qualquer instituição de ensino nos dias de hoje é ter a clareza de que instituição se quer ter e para formar que tipo de aluno? O PPP será a expressão dessa intenção¹¹.

Em uma perspectiva reflexiva e crítica, poderíamos dizer que se busca, conscientes de sua relativa autonomia em relação à sociedade, uma universidade democrática, direito de todos e dever do Estado, emancipatória, não produtora de desigualdades em seu interior e formadora de trabalhadores criativos e críticos para a sociedade e não apenas para o mercado de trabalho. Por outro lado, são frequentes o uso de um discurso extremamente democrático e emancipatório e a adoção de práticas absolutamente não condizentes com essas possibilidades. Portanto, é preciso atenção para o que se diz e o que se faz, de modo que esses valores não se tornem distantes, servindo a diferentes discursos e interesses¹¹.

Corroboramos com Veiga⁴ nas discussões sobre o significado e as dimensões do PPP nas instituições. Para a autora, essa discussão se confunde com a própria discussão daquilo que se quer, quando se pensa em educação. Ela apresenta, os principais eixos de uma concepção emancipatória, presentes em seus respectivos projetos pedagógicos, considerando: os desafios que é garantir qualidade técnica e política para todos; em seus pressupostos a instituição deve ter unicidade da teoria e a prática; ação consciente e organizada; participação efetiva da comunidade educacional e trabalho coletivo; e por fim, uma gestão democrática para construir um caminho real de melhoria da qualidade do ensino construída em colaboração voluntária cidadão-cidadão.

Na construção de uma proposta efetivamente democrática e emancipatória, as dificuldades encontradas não devem impedir que se continue a pensar sobre ela, sobre o seu potencial, sobre seus conflitos internos, sobre aquilo que influencia e definem suas práticas, formas de gestão e participação ativa, lembrando que cada projeto político-pedagógico se faz na e sobre a prática vivida⁴.

A criação de espaços coletivos e permanentes de discussão, como grupos de estudo, associações, conselhos e colegiados podem viabilizar a participação de representantes de diferentes grupos nas decisões, criando-se debates, de novas idéias e de administração de conflitos. Muitos professores das universidades brasileiras vêm pensando no assunto e algumas dessas instituições tem definido opções político-pedagógicas inovadoras. Destaca-se,

dentre essas experiências, as que discutem e propõem em seus PPP a escola cidadã.

A escola cidadã, proposta presente hoje em todo o Brasil, tem sua origem nos movimentos de educação popular da década de 1980. Nasce da preocupação com a progressiva deterioração do ensino público, apesar de estar na pauta de algumas instituições da rede privada, e de estar voltada basicamente, para a formação da cidadania ativa. Para Gadotti²⁰ que vem se dedicando a essa proposta, avalia que há traços comuns dele nas instituições, quais sejam: a ampliação da jornada acadêmica, o atendimento integral ao aluno, a participação comunitária e a gestão democrática, e, com fundamental importância, a autonomia universitária na elaboração de seu projeto.

A idéia de uma escola cidadã também tem inspirado ações diversificadas em outras instituições. Há iniciativas, praticamente em todos os estados, especialmente voltadas para a abertura da universidade para a comunidade e seu compromisso em desenvolver ações significativas para inclusão educacional e social. Cinema, teatro, oficinas, cursos de todo tipo, trabalhos comunitários, atividades envolvendo alunos e professores em horários alternativos, com ou sem parceria ou apoio de outras instituições. É uma forma diferente e mais ampla de compreender a função da universidade e de quem nela atua²⁰.

Dentro deste contexto de grande mobilização em torno da educação, teve início em 1987, simultaneamente à elaboração do texto constitucional, o movimento de educadores para discussão das bases de uma nova legislação na área educacional. Entre o primeiro projeto de Lei, logo depois de promulgado a Constituição de 1988, apresentado a Câmara Federal, em 1996, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDBEN, que configura o ensino médio como uma etapa de aprofundamento do ensino fundamental, com vistas à preparação básica para o trabalho e a cidadania².

Entre as conquistas da LDBEN, inclui-se a possibilidade da escola ter o seu projeto pedagógico. No caso da educação profissional, devem ser observadas, no projeto, as determinações da atual política educacional em nível federal, conduzida pelo MEC, além das pertinentes em nível estadual.

No que concerne à formação profissional cabe às instituições de educação profissional, com base na análise do processo de trabalho de sua área, na Matriz Referencial de Competências Geral proposta pelo Ministério da Educação/MEC, e nas definições estaduais dos respectivos Conselhos de Educação, a elaboração dos seus projetos pedagógicos e planos de curso, com a necessária aprovação dos órgãos estaduais de educação².

Considerações finais

A preocupação dos enfermeiros/docentes com o projeto político pedagógico está amplamente fundamentada numa concepção educacional emancipadora voltada para valores e condutas indispensáveis a formação do profissional cidadão na área da enfermagem.

Nessa reflexão, verificou-se que o PPP deve nascer da própria realidade, ser construído coletivamente, deve ser inclusiva, democrática, o

conhecimento voltado para a reflexão, para a criação, garantir qualidade técnica e política para todos, ter unicidade da teoria e a prática, ação consciente e organizada, adotar um currículo integrado baseado na concepção crítico social respaldado numa pedagogia problematizadora, valorizando processos importantes para a formação do aluno.

Espera-se que as informações e idéias emanadas dos grandes estudiosos sobre a formação cidadã, algumas das quais apresentadas neste estudo, sirvam de subsídios aos diversos atores do segmento escolar, em especial aos docentes envolvidos com a formação profissional na área da enfermagem, a fim de que possam refletir sobre sua prática ou incitá-los na realização de pesquisas sobre o PPP numa perspectiva emancipadora.

Por fim, que a instituição, enquanto gestão democrática possa efetivamente melhorar a qualidade do ensino onde os alunos/cidadãos sejam capazes de participarem ativamente do processo de estruturação e consolidação do PPP, acreditar que todos e a própria universidade se encontram num processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Referências

1. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 21 dez. 1996; 248: 2783-2784.
2. Ministério de Educação e Cultura (BR). Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília (DF); 1997.
3. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília (DF); 2001.
4. Veiga IP, organizadora. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15ª ed. São Paulo: Papyrus; 2002.
5. Ramos APB. Projeto político pedagógico como espaço de disputa e negociação de sentidos de saberes escolares: um olhar a partir do currículo. [Dissertação] Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2008.
6. Lopes AC. Currículo e epistemologia. Ijuí, RS: Unijuí; 2007.
7. Torrez MN, Pimentel MR, Romano R. Formação pedagógica em educação profissional na área de saúde: enfermagem: núcleo integrador: imergindo na prática pedagógica em enfermagem/9. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde/PROFAE; 2003.
8. Bobroff MCC, Gordan PA, Garanhani ML. Modelo para estimativa de custos educacionais totais do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil. Rev Enferm UFPE On Line [periódico na Internet]. 2009 out/dez [Acesso em: 2010 jan 10] 3(4): 141-50. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/103>
9. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n. 3, de 07 de novembro de 2001. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil 2001; Seção 1, p.37.
10. Ministério da Saúde (BR). Curso de formação de facilitadores de educação permanente em saúde: unidade de aprendizagem: práticas educativas no cotidiano do trabalho em saúde. Rio de Janeiro; 2005.

11. Provenzano ME, Bomfim MIR. Formação pedagógica em educação profissional na área de saúde: enfermagem: núcleo estrutural: proposta pedagógica: as bases da ação/6. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde/PROFAE; 2003.
12. Ramos MNR. Currículo integrado. In: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio organizador. Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; 2006. P.77- 81.
13. Sacristán GJ. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2000.
14. Santana JP. Currículo integrado. Capacitação pedagógica do programa de formação de pessoal de nível médio em saúde (projeto larga escala). Brasília: OPAS; 1983.
15. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6a ed. São Paulo: Atlas; 2008.
16. Padilha PR. Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. 8a ed. São Paulo: Cortez Instituto Paulo Freire; 2008.
17. Gonçalves CSQ, Abdulmassih MBF. O Projeto político: algumas considerações. Rev Profissão Docente [periódico online] 2001; Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-jornada-pedagogica/artigos-e-textos/ppp-algumas-consideracoes.pdf>
18. Gadotti M. Perspectiva atuais da educação. Porto Alegre: artmed; 2000.
19. Gadotti M. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. 15a ed. São Paulo: Cortez; 2008.
20. Gadotti M. História das idéias pedagógicas. 8a ed. Série educação. São Paulo: Ática; 2002

Colaboradores:

Rita de Cassia Cordeiro de Oliveira: concepção, planejamento, análise, interpretação dos dados, redação e revisão do manuscrito. Sérgio Ribeiro dos Santos: coleta, análise, redação e interpretação dos dados. José da Paz Oliveira Alvarenga: coleta, análise e interpretação dos dados. Maria Bernadete de Sousa Costa: redação e revisão do manuscrito.

Endereço para correspondência

Rua Caetano Figueiredo, 2131, Cristo Redentor
Cidade: João Pessoa/PB, Brasil,
CEP: 58.071-220

Recebido em 20/05/2010

Aprovado em 16/03/2012